

REPENTE

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DO PODER LOCAL

Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - Nº 02 - Outubro/96

EDITORIAL

O discurso da participação popular foi um dos destaques destas eleições. Esteve presente em todas as plataformas apresentadas pelos movimentos sociais, Fóruns e ONGs, aos partidos políticos e seus candidatos, para aumentar o espaço político de atuação da sociedade no poder local. Por outro lado, a participação da sociedade nos governos municipais esteve nas falas de quase todos os candidatos a prefeito e a vereador das mais variadas tendências. Mas será que estamos todos falando a mesma coisa? Certamente, não.

Por trás de um mesmo discurso escondem-se diferentes concepções de participação, disputando projetos políticos opostos, e que se explicitam quando viram ações. Afinal, quem são os governantes que se dispõem a abrir parcela de seu poder para compartilhá-lo com a sociedade civil?

São várias as formas de participação nas decisões e fiscalização dos governos locais, pois cada projeto se desenvolve de forma diferente, de acordo com as particularidades de cada cidade e de acordo com o grau de organização popular.

Mas no meio do caminho podem estar algumas armadilhas. É o que alerta um historiador e um líder comunitário que, a partir de abordagens diferentes, levantam questões polêmicas relativas a determinados rumos seguidos pelos movimentos sociais.

Neste número, REPENTE relata uma experiência inédita, desenvolvida em quatro cidades baianas, onde os movimentos sociais, a partir de sua organização e iniciativa, conseguem inserir suas principais reivindicações no orçamento municipal.

REPENTE apresenta, ainda, duas experiências de gestão pública participativa, em Belo Horizonte e Londrina, premiadas entre as cinco melhores do país no Concurso Gestão Pública e Cidadania, das Fundações Getúlio Vargas e Ford.

RECICLANDO LIXO, GENTES E MENTES

"A força do projeto é a dupla transformação que apresenta. Uma primeira transformação é a do lixo deixando de ser lixo, passando a ser alguma coisa útil. Essa dimensão refere-se à parte material. Mas a outra transformação é realmente de uma beleza extraordinária: é a transformação do elemento humano, dos garis, o resgate da dignidade dessas pessoas, a concepção do próprio gari, do papel dele na sociedade, a sua maneira de ser."

D. Gregori, bispo de Imperatriz, MA, pelo júri do Concurso Gestão Pública e Cidadania.

PÁGINAS 8 A 10

QUEM SABE TRATA ANTES, NÃO ESPERA ADOECER

O Programa Médico de Família, de Londrina, inverte a lógica tradicional de tratar a saúde, consegue um alto grau de articulação institucional e envolvimento da comunidade e consegue reduzir, em 10 vezes, em apenas um ano, a mortalidade infantil, num universo de 15 mil pessoas.

PÁGINA 11

NOSSOS DIREITOS SÃO PARA VALER

"Já é possível inserir propostas no orçamento, mas temos que fazer melhor, mais aprofundado, mais questionado. O desafio é o que chamamos de cobrança da execução. Na maioria das prefeituras,

o orçamento é um elemento figurativo e temos que entrar com a pressão e a mobilização do movimento popular."

Naidison, coordenador do MOC / BA

PÁGINAS 3 A 5





ORÇAMENTO MUNICIPAL

não é tão difícil quanto parece

Jorge Kayano

pesquisador do Núcleo de Gestão Municipal e diretor do Pólis

Nos últimos anos, em cada vez mais cidades, a população vem participando da definição de prioridades para investimentos das prefeituras, através do Orçamento Participativo. Mas na maioria dos municípios, o orçamento ainda é considerado assunto de poucos "entendidos", preparado em gabinetes fechados e aprovado pelas Câmaras, sem que a população tome conhecimento ou possa interferir. E, em geral, os gastos efetivos da prefeitura são completamente diferentes do que foi previsto no orçamento aprovado.

Para mudar essa situação, é preciso encontrar formas que facilitem a compreensão e a discussão dos dados essenciais do orçamento. A tabela abaixo permite comparar as receitas totais das capitais do Nordeste com as de algumas capitais das regiões Sudeste e Sul e do Distrito Federal, já que foram transformadas em valores por habitante/ano.

Esta tabela chama a atenção para o fato de que cidades que em geral apresentam maiores problemas e carências contam com menos recursos. Estes mesmos dados podem ser mostrados levando em conta o tamanho médio das famílias de cada cidade. Assim, pode-se dizer que a prefeitura de Salvador dispunha de R\$ 50 por mês para cada família média, a de Fortaleza R\$ 70/mês por família e a de

São Paulo, cujo orçamento ultrapassa o da maioria dos estados, R\$ 150/mês por família. Estamos falando dos totais que as Prefeituras conseguiram em 1994 - incluindo os empréstimos - e não do que gastaram efetivamente, e que varia muito de cidade para cidade. Num ano eleitoral, por exemplo, a maioria gasta bem mais do que arrecada, aumentando suas dívidas e também o gasto com juros e amortizações.

AUMENTAR RECEITAS

Assim como as receitas totais, também os valores gastos pelas prefeituras em investimentos - novas obras e equipamentos - variam muito. Enquanto em Salvador a prefeita investiu R\$ 2 por habitante em 1994, em Fortaleza os investimentos atingiram R\$ 38 por habitante, e R\$ 100 em São Paulo. Isto reforça muito a necessidade do Orçamento Participativo aprofundar a discussão sobre todos os itens das despesas, casando-as com as diferentes fontes de receitas, bem como as possíveis formas de aumentar as receitas. Observamos que prefeitos de muitos municípios, apelando para o fato de que o povo é pobre, abrem mão de várias possibilidades de aumentarem suas arrecadações, como o IPTU e o ISS. Dessa forma, beneficiam na verdade apenas os mais ricos, em nome de quem

a maioria dos prefeitos governa. Os dados que dispomos são dos municípios do Ceará e de São Paulo. Eles mostram que alguns deles contam com receitas por habitante maiores do que suas capitais. Algumas cidades do Ceará - em geral com menos de cinco mil habitantes, e mais favorecidas com a transferência da União, via Fundo de Participação dos Municípios - têm receitas por habitante até duas vezes maiores do que a de Fortaleza. Já em São Paulo, além de alguns municípios com poucos habitantes, há os que têm arrecadações elevadas de ICMS, e suas receitas são até quatro vezes maiores do que a da capital paulista. Infelizmente, esta não é a realidade da maioria dos municípios. Tanto no Ceará como em São Paulo, os municípios típicos têm receitas (por habitante) que variam entre a metade e três quartos de suas capitais.

No outro extremo, os municípios mais pobres desses dois Estados tão diferentes acabam se igualando, com receitas em torno de R\$ 70 por habitante/ano. São, em geral, cidades-dormitórios das regiões metropolitanas, com mais de 20 mil habitantes, e que somam as piores condições: populações mais pobres, menores ofertas de empregos, as maiores carências de infra-estrutura e de serviços, e também as menores receitas próprias e as menores transferências estaduais (por não arrecadarem ICMS) e federais (por terem populações maiores).

ORÇAMENTOS DE ALGUMAS CAPITALS - 1994

Município	População em milhares	Receita Total por hab./ano	Município	População em milhares	Receita Total por hab./ano
Salvador	2.174	131	Fortaleza	1.910	185
Maceió	668	133	Recife	1.315	242
Teresina	637	154	São Paulo	9.870	484
João Pessoa	526	159	Rio de Janeiro	5.547	440
Aracaju	421	170	Curitiba	1.364	313
São Luís	738	181	Porto Alegre	1.280	331
Natal	639	184	Brasília- DF	1.673	1.962

Fonte: Execução Orçamentária dos Estados e Capitais - DIVEM - Min. Fazenda
Valores em Reais de Julho de 1996, corrigidos pelo IGP-DI da FGV

EXPEDIENTE

REPENTE é um boletim bimestral editado pelo PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

Responsabilidade editorial: *Beatriz do Valle Bargieri* ■ Edição: *Renata Villas-Bôas e Veronika Paulics* ■ Colaboraram com esta edição: *Heliana Katia Tavares Campos, João Joaquim de Melo, Jorge Kayano, Michel Zaidan, Naidison de Quintella Batista, Renato Villas-Bôas, Rodolfo Cascão Inácio, Silvio Fernandes da Silva, Silvio Caccia Bava, Sonia de Lima Oliveira* ■ Editoração Eletrônica: *Carla Castilho* ■ Tiragem: 2.000 exemplares ■ Circulação interna ■ as matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Redação: R. Joaquim Floriano, 462; CEP 04534-002 - São Paulo, SP; tel.: (011) 820 2945; Fax: (011) 820 5279
Apoio financeiro: *Oxfam*



NOSSOS DIREITOS *são para valer*

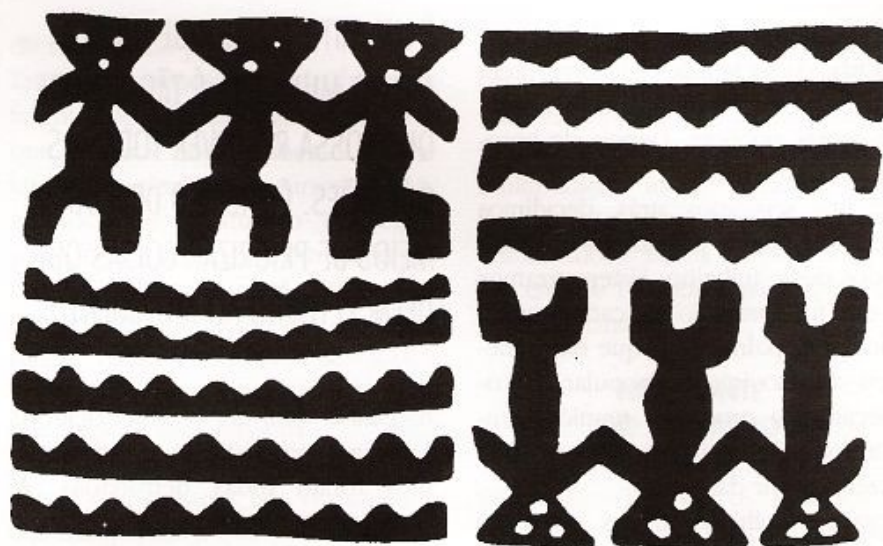
Silvio Caccia Bava entrevista **Naidison Quintella Baptista**
Coordenador do MOC - Movimento de Ação Comunitária

DIFICULDADES PARA INTERVIR NO
ORÇAMENTO: NOSSA INABILIDADE
PARA APRESENTAR PROPOSTAS,
DESCONHECIMENTO DA REALIDADE
DOS MUNICÍPIOS E O MEDO DE
TRABALHAR COM O LEGISLATIVO

O Movimento de Organização Comunitária - MOC - nasceu há 28 anos e teve origem no trabalho social da Diocese de Feira de Santana. Hoje é uma entidade autônoma e desenvolve trabalhos em uma área mais abrangente, nessa região do interior da Bahia. Da diretoria participam pessoas que vêm de sindicatos, associações e comunidades.

O MOC tem uma equipe de 12 técnicos, dois voluntários alemães e mais nove pessoas na área administrativa. Tem dois escritórios: um em Feira de Santana e outro em Cerrinha, além de um centro de treinamento.

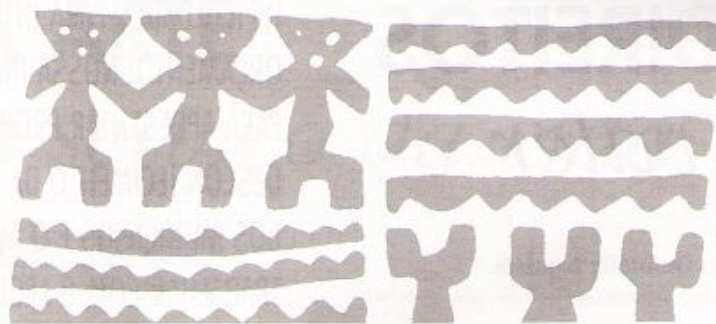
As atividades se desenvolvem em várias frentes de trabalho. Há um sistema de crédito para que as pessoas que sobrevivem de pequenas iniciativas possam aumentar gradativamente seus negócios, garantindo renda e gerando empregos; um sistema de capacitação para planejar a propriedade junto a pequenos agricultores, acompanhada de crédito por um fundo rotativo; alfabetização de adultos na área rural e capacitação de professoras leigas para um ensino mais adaptado à cultura e realidades rurais; obras de saneamento básico na área rural; cooperativas de crédito e organização de agricultores em associações, algumas das quais chegam a exportar os produtos para a Europa. Na cidade, além de projetos de geração de emprego e renda, nos planos individual e familiar (há oito anos oferecendo empréstimos a curto prazo para capital de giro e investindo em capacitação), busca juntar todas essas iniciativas à discussão de políticas públicas e interferência no orçamento municipal. Cada uma dessas atividades poderia se transformar numa matéria. Para este número do REPENTE, escolhemos o trabalho que está sendo feito em quatro municípios baianos, onde a iniciativa de realizar emendas ao orçamento e de fiscalização de sua execução parte dos movimentos e não da prefeitura. Com a palavra, o Naidison.



TUDO COMEÇOU COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O MOC se envolveu na elaboração da Constituição Federal de 1988 através de abaixo-assinados, enviando representante para Brasília, fazendo lobby em torno de algumas propostas de interesse popular. Esteve muito presente nesse movimento, bem como na elaboração da Constituinte Estadual. Depois, percebemos que era necessário também um envolvimento no nível municipal e começamos a discussão com sindicatos, associações, grupos de mulheres, igreja, para a elaboração das leis orgânicas dos diversos municípios.

No começo, o trabalho era feito apenas pelo MOC. Depois organizamos uma comissão composta pelo sindicato, fórum sindical, pastoral dos direitos da terra, os evangélicos, etc. Este trabalho foi realizado em cerca de quinze municípios. O resultado foi a aprovação de leis orgânicas, no mínimo razoáveis, muito semelhantes na maior parte desses municípios, abrindo alguns espaços para projetos de iniciativa popular, para o uso da



tribuna livre, para que entidades organizadas da sociedade civil apresentem propostas ao orçamento e fiscalizem as contas públicas. Depois de aprovadas, o que fazer?

Há uns seis anos atrás, decidimos devolver para a população os resultados desse trabalho. Sistematizamos o que foi aprovado em cada município, principalmente o que era benéfico ao movimento popular, e começamos a promover reuniões, encontros e debates para pensar o que fazer a partir daí.

Foram escolhidos alguns eixos de atuação. Um deles foi estudar como se define o orçamento municipal, para encontrar formas de interferir nesse processo, estudando, capacitando e tentando provocar experiências nesse campo. Na época, nós nos defrontamos com algumas questões básicas: a novidade absoluta da proposta e a nossa inabilidade para apresentar propostas e para fazer política. Somos muito aptos para nos contrapormos. Mas o corporativismo é muito marcante: sindicato não quer saber de professora, professora não quer saber de agricultor. Para botar esse povo sentado, discutindo uma proposta comum... Sem falar no nosso desconhecimento da realidade dos municípios e no medo do relacionamento com o legislativo, que na sua maioria é contra a gente, ou achamos que é. E teve outro complicador: o interior da Bahia tem "feudos" e os "senhores feudais" não querem nenhuma interferência no orçamento municipal.

A RELAÇÃO COM OS VEREADORES

Discutir com um vereador a inclusão no orçamento de alguma coisa que o prefeito não tinha mandado era terrível! Até porque o próprio vereador

É UM MITO ACHAR QUE O ORÇAMENTO MUNICIPAL É TÃO GRANDE QUE POSSA RESOLVER TODAS AS QUESTÕES. É PRECISO DESCOBRIR MEIOS DE PRIORIZAR COISAS QUE DÊM RETORNO AO MOVIMENTO

não sabia qual era o papel dele. As primeiras propostas que apresentamos foram todas derrubadas. Aí começamos a utilizar a Tribuna Livre, onde agricultores e moradores das periferias defendiam suas propostas. E na Tribuna Livre não se falava só para os vereadores: o movimento também ia para lá, aplaudia, reagia, questionava o vereador. Foi uma tática interessante. Hoje, já temos alguns resultados melhores no campo político.

A RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES

Levantamos propostas nas comunidades, sistematizamos e discutimos com o conjunto do movimento. Esse passo foi muito difícil. Hoje já se consegue alguns consensos: por exemplo, o movimento dos trabalhadores rurais concorda em abrir mão de dez coisas da sua lista para incluir alguma reivindicação das professoras. Isso é um grande avanço, porque as entidades são todas muito corporativas. Normalmente, na pauta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais não entra educação, por exemplo, entra apenas sementes, água, cabras, adubos. Na pauta das professoras não entra semente, embora trabalhe na área rural. Na pauta do professor urbano não entra nem o salário do rural. Na pauta de um sindicato mais avançado entram os salários mas não entram outras coisas. Com isso, cria-se uma

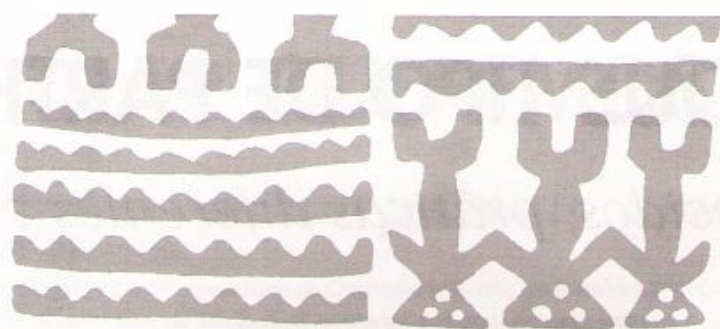
impasse entre as entidades, porque cada uma quer que a sua solicitação seja atendida.

É um mito achar que o orçamento municipal é tão grande que possa resolver todas essas questões. Não que as prefeituras não tenham dinheiro, mas elas estão meio falidas. É preciso descobrir meios de priorizar coisas que dêem retorno ao movimento, mas que não tornem o processo inviável para a prefeitura. Temos que ir pelas partes e, pelas partes, chegar a quinhões maiores. Colocar nas agendas de cada movimento as reivindicações do outro é um ganho político imenso. Com o intercâmbio, criam-se redes, criam-se relações e há um trabalho conjunto: por exemplo, todos agora reivindicam a fossa. Em que medida a fossa interessa à professora? E, hipoteticamente, em que medida a capacitação e o salário da professora rural, que ganha R\$ 20,00 por mês, interessa ao agricultor? Essa é toda uma discussão para levar para dentro do sindicato: o agricultor precisa perceber que se a escola não for boa, o filho dele estará lascado amanhã.

DEFINIR PRIORIDADES

A idéia de abrir espaço para os outros grupos reivindicarem esteve sempre na concepção do nosso trabalho. A operacionalização, no entanto, era muito difícil e foi iniciada a partir das porradas que a gente tomou na prefeitura. Quando o prefeito perguntava com que dinheiro do orçamento poderia solucionar todas as coisas, começamos a ver que estávamos solicitando o céu e o céu não cabia aí, e que precisávamos definir o que era mais importante.

No início, sintetizávamos uma listagem de propostas e solicitações que uma comunidade fazia. Era uma visão ingênua de que o município pudesse resolver todas as questões, e que o orçamento pudesse dar conta de todas as solicitações do movimento popular. No primeiro ano, não priorizamos nada, mas nos defrontamos com perguntas como a do prefeito de Feira de Santana, quando uma comunidade solicitou uma escola: "você querem construir uma esco-



O ORÇAMENTO É QUASE SEMPRE UM ELEMENTO FIGURATIVO. TEMOS QUE USAR A PRESSÃO E A MOBILIZAÇÃO POPULAR PARA GARANTIR QUE AS OBRAS E SERVIÇOS SEJAM REALIZADOS

la aqui, mas a escola que fica a dois quilômetros já está totalmente ocupada?" O pessoal não soube responder e perdeu. Começamos a ver que o processo estava errado: tínhamos que definir o principal. Hoje ele está muito mais peneirado, mais refinado, mas ainda não é suficiente. A gente sente necessidade de uma metodologia que trabalhe mais essas questões e esse é um dos limites da experiência.

Nos municípios menores, o trabalho flui com mais facilidade. Seja porque tem uma centralidade de questões rurais, ou porque as questões mais candentes são muito emergentes, e quando se provoca, elas saem. Ainda não é um processo aprofundado. De qualquer jeito, hoje já conseguimos inserir no orçamento algumas das nossas propostas. Levamos as propostas da comunidade para o prefeito e para cada vereador. E, depois, o movimento vai defendê-las na Tribuna Livre. Atacamos por todos os lados. A gente negocia, às vezes tem dificuldade de uma proposta entrar, faz barulho, acaba conseguindo.

MOVIMENTO DA CIDADANIA

O movimento de orçamento é coordenado nos municípios pelo Movimento de Cidadania. São cerca de doze pessoas de várias entidades representativas dos movimentos, como sindicatos dos trabalhadores, associações, paróquias, Pastoral da Criança, movimentos de mulheres, associações dos professores licenciados.

Já é possível inserir propostas no orçamento, mas temos que fazer melhor, mais aprofundado, mais questionado. O desafio é o que chamamos de cobrança da execução. Na maioria das prefeituras, o orçamento é um elemento figurativo e temos que entrar com a pressão e a mobilização

do movimento popular.

Este ano estamos tentando fazer diferente, ou seja, priorizar uma coisa que já está no orçamento. Constatamos que existem recursos do SUS alocados no orçamento municipal para fossas sépticas e saneamento, na área urbana e rural. Temos um instrumento muito interessante para dizer: "o fundo rotativo (do MOC) entra até aqui e a fossa vocês têm que buscar na prefeitura". O MOC acabou de fazer um levantamento de coisas que existem nos orçamentos dos municípios e que podem ser interessantes. Vamos levar para a Comissão de Cidadania que vai fazer definir as mais importantes, e organizaremos uma assembléia por município dizendo: "esse dinheiro está aí no orçamento, ele é nosso, está alocado desse jeito e é possível cobrar. O que a gente vai fazer para cobrar?"

A AMPLIAÇÃO DO TRABALHO

É importante fazer uma divulgação bem ampla, na rua, com alto-falante. O MOC tem também dois programas de rádio, de meia hora, por semana: um em Feira de Santana, outro em Cerrinha. A rádio de Feira é dos padres capuchinhos, a mais potente de toda a região, atinge todo o universo em que atuamos. Os programas são muito ouvidos e é possível convocar uma manifestação pelo rádio. Se o presidente do sindicato, por exemplo, vai no rádio e convoca, aparecem três mil agricultores na praça de Cerrinha. Esse é um meio de mobilizar que encontra maior facilidade porque tem uma rede capilar muito grande. Um programa agrícola atinge 880 famílias; o programa de geração de renda atinge 180, incluindo Feira e Cerrinha; são 15 grupos de mulheres com 15 multiplicadoras, cada um com 15 gru-

pos de 30; as 92 professoras atingem cerca de três mil famílias; os alfabetizadores atingem 475 analfabetos no Círculo de Cultura. Há uma faixa de multiplicação muito grande e uma boa relação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Na área urbana, há cerca de 19 núcleos na periferia de Feira de Santana.

HORIZONTE DO TRABALHO

Em alguns lugares, os prefeitos e vereadores vêm discutir com os movimentos. Mas em outros, eles se escondem. Em Feira de Santana, a receptividade da prefeitura é mais formal: recebe, encaminha, é mais difícil. Em Cerrinha, o prefeito se esconde; em Valente, ele vem para uma discussão; em Araci, ele parte para a briga. São quatro relações totalmente diferentes. A Câmara de Valente tem se envergonhado de que o movimento conheça mais a Lei Orgânica e o processo orçamentário do que os próprios vereadores.

Aonde vai chegar todo esse trabalho, eu não sei. Mas ou a gente parte por aí ou fica numa encruzilhada meio complicada, porque o crescimento da consciência política é muito grande, mas isso só não bota comida na mesa do povo. Algumas comunidades já estão começando a dizer: eles estão colocando no orçamento, mas não está vindo. Se não conseguirmos alguns resultados bem concretos, que mostrem para as comunidades que é possível alcançar conquistas com a mobilização popular, a situação pode reverter.





QUE TIPO DE PARTICIPAÇÃO

Discursos parecidos, práticas diferentes

Michel Zaidan Filho

Coordenador do mestrado de Ciência Política da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

DOIS MODELOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO MUNICIPAL SE CONFRONTAM E DISPUTAM A HEGEMONIA. QUEM ESTÁ GANHANDO?

A autonomia para o poder local, isto é, a descentralização e independência das prefeituras para captar recursos e aplicá-los em programas sociais, é a principal recomendação da ONU para a superação da crise urbana neste final de século. O entendimento é que os governos centrais não têm recursos para financiarem a gestão municipal, devido à fragilização fiscal e tributária do Estado Nacional, acentuada pela globalização financeira dos mercados e a fragmentação da geopolítica do território nacional. Nesse sentido, a saída proposta é a parceria entre os governos federal, municipal, setor privado e ONGs, na busca de soluções criativas em nível local, para enfrentar o desafio do crescimento urbano desordenado.

Chama atenção o fato de padrões de desenvolvimento urbano, modelos de sociabilidade e concepções de justiça social estarem sendo alterados como que em decorrência de uma necessidade natural, quando na verdade são o resultado de uma determinada correlação de forças, com vencedores e perdedores. Afinal, é possível falar de um novo modelo de desenvolvimento urbano assentado na crise fiscal e no desemprego estrutural? Uma espécie de cidadania municipal de costas para o mundo? Ou tudo isso não passa de mero exercício de racionalização e de adaptação a uma certa cultura de gestão municipal?

O DISCURSO PARTICIPATIVO ESCONDE PROJETOS DIFERENTES

Alguns princípios se destacam como pontos recorrentes nas administrações democráticas e populares dos últimos onze anos: orçamento participativo; políticas sociais com participação popular; direito de acesso às informações públicas; participação no desenvolvimento urbano e econômico; programas de mutirões ou autoconstrução para habitação popular; programas de geração de emprego e renda; direito à terra, saneamento e transporte; municipalização e descentralização das ações de saúde; acesso de todos à educação pública de qualidade.

Todo esse ideário, que pode ser resumido nas palavras-chaves participação social (através de mecanismos democráticos de gestão) e políticas públicas (de corte universalista e estruturador), é o maior desafio para a gestão democrática.

A meu ver, a reforma urbana e os estilos de administração democrática apontam para um novo modelo de cidadania e de ética social. Estamos transitando para um modelo de sociedade, onde nem o mercado, nem o Estado, podem mais, sozinhos, definir o perfil civilizatório.

Talvez o melhor exemplo desse tipo de gestão, hoje, seja a prefeitura de Porto Alegre.

Existe, porém, um outro modelo - este sim, de amplo apoio e divulgação na mídia impressa e eletrônica do nosso país - que se assenta na ruptura das redes clássicas de solidariedade do Estado-Nação, classe social, região, etc. Esse modelo caracteriza-se pelo seu aspecto gerencial, técnico, no trato das reivindicações pontuais da comunidade: é o tocador de obras públicas decididas apenas pela administração municipal. São elementos

básicos do modelo: a renúncia e/ou isenção fiscal como estímulo para investimentos privados, terceirização ou privatização acentuada dos serviços públicos; desenvolvimento econômico e urbano assentado no terciário, favorecendo a concentração de renda e a precarização das condições de trabalho. São gestões despolitizadoras e despolitizadas, que transformam o espaço da participação em mecanismos de cooptação política de lideranças comunitárias, banindo a intermediação político-partidária da participação popular. Sua ética social está intimamente associada ao individualismo exacerbado, que se transfere em escala crescente para os estados, regiões e nações, destruindo qualquer possibilidade de projetos integrados de desenvolvimento urbano ou a implementação de políticas públicas de corte universalista e democrático. É um modelo de urbanismo compatível com a globalização financeira dos mercados, a rede eletrônica de informações e o desemprego estrutural. Representantes: Antonio Carlos Magalhães, Paulo Maluf e Jarbas Vasconcelos.

Por ora, anotemos que a mística da participação popular - que teve origem nas lutas contra o regime militar - tem sido invocada muito mais para legitimar ações de governo e administrar tensões localizadas (como no caso dos conselhos escolares, por exemplo), do que para reforçar a autonomia das organizações sociais.

O POPULAR QUEREMOS?

Parceria na gestão pública: uma armadilha?

João Joaquim de Melo - líder comunitário do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza; professor da rede pública; pesquisador popular e assistente da Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular do CEARAH Periferia

QUASE TODAS AS ENTIDADES DO MOVIMENTO POPULAR ESTÃO ADMINISTRANDO ALGUM TIPO DE PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Os números são alarmantes: 300 entidades comunitárias no Ceará estão administrando creches estaduais; Associações de Moradores gerenciam 13 postos de saúde da prefeitura de Fortaleza; 330 organizações populares são responsáveis pela limpeza urbana de seus bairros; 200 escolas geridas com recursos públicos são dirigidas por entidades populares; a FECECE - Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará - tem 3 mil trabalhadores prestando serviços em prédios públicos, com as funções de vigia, servente, e outros.

POR QUE ISSO ESTÁ ACONTECENDO?

Com a redemocratização do País, no final da década de 70, começou a ser construído um novo padrão de relacionamento entre o Estado e os movimentos sociais urbanos. Ao comprometer as entidades transferindo para elas parcelas de sua própria responsabilidade, abafa os conflitos e, muitas vezes, coopta os setores populares. Essa nova estratégia governamental foi assimilada com perfeição no Ceará. Os governos municipal e estadual envolvem hoje mais de 700 entidades comunitárias nos chamados programas de co-gestão. Isso significa que de cada quatro entidades do movimento comunitário, três estão executando serviços de responsabilidade institucional. Aécio Pinheiro, secretário da FECECE, diz que "a

grande desvantagem é que nós estamos terceirizando, ocupando espaços dos funcionários públicos..."

Em alguns projetos, a própria entidade comunitária assina a carteira dos trabalhadores. Em outros, os direitos trabalhistas não são assegurados. Ana Lúcia, líder comunitária, executa a limpeza do Conjunto São Cristóvão, através da associação. Ela revela orgulhosa: *"estamos empregando vinte pais de família. Eles ganham dois salários: um em dinheiro e outro em vale refeição. Ninguém recebe os direitos trabalhistas e de dois em dois meses o convênio é renovado e eles podem ou não continuar no trabalho..."*

Para gerenciar os projetos, as associações recebem uma taxa de administração de 5 a 10% do valor dos repasses, em média R\$ 300,00 mensais. Ora, diante do esfacelamento em que se encontram essas entidades, sem dinheiro para pagar sequer as despesas básicas, é uma proposta irrecusável: é como a oferta de um copo de água fresca em plena caminhada no sertão. O pior é que, não raramente, fica-se grato e "fiel" ao doador.

ROLO COMPRESSOR

A primeira consequência é a diminuição dos espaços de lutas e a desarticulação entre os vários segmentos populares da cidade. Sem nenhuma experiência gerencial, as entidades ficam completamente absorvidas pela gestão dos programas governamentais, e se desdobram para "mostrar competência". Inverte-se a lógica: quem antes reivindicava e cobrava, agora executa e é cobrado. Reginaldo, vice-presidente de uma entidade que administra um posto de saúde municipal, contou que no dia da assinatura do convênio, um secretário lhe disse: *"É como uma partida de futebol. Esse é segundo tempo e nós*

vimos de campo, agora o Estado fiscaliza e a associação executa..." Angustiado, Reginaldo conclui: *"o posto funciona precariamente, falta médico e material, o povo reclama é da gente..."*

QUE TIPO DE PARTICIPAÇÃO QUEREMOS?

O rolo compressor parece irreversível. Essa divisão entre a necessidade de manter as entidades e o perigo do movimento popular perder sua identidade, exige uma solução alternativa. Talvez a discussão devesse começar por uma profunda reflexão sobre o tipo de participação que queremos, qual concepção de projeto de co-gestão e autogestão nos interessa e quais parâmetros de interlocução com o Estado devemos construir.

Além disso, é necessário, rever os termos dos convênios assinados entre entidades populares e governo. Para as entidades só existem deveres (e penalidades): se uma entidade atrasa a prestação de contas, não recebe os repasses; mas nada acontece quando o Estado não deposita os recursos nos prazos previstos.

Poderíamos pensar, também, na criação de empresas comunitárias autônomas, para gerenciar esses projetos, que manteriam vínculos com as organizações populares. Isso possibilitaria a independência entre as questões de organização e mobilização popular, e as questões administrativas da empresa. Uma questão complexa, sem dúvida.

Na verdade, o modelo de co-gestão, sofisticado por palavras como parceria, participação, etc, tem se apresentado como uma armadilha para o movimento comunitário. Mas se um dia é da caça, o outro é do caçador: temos que encontrar formas criativas de nos fortalecer com esse processo. E vamos para o terceiro tempo!



PREFEITURA

RECICLANDO LIXO

gentes e mentes

O LIXO NÃO TRATADO POLUI A ÁGUA, O AR E O SOLO, REPRODUZ VETORES QUE TRANSMITEM DOENÇAS E EXIGE UMA GRANDE ÁREA PARA SER DEPOSITADO E QUE SE ESGOTA RAPIDAMENTE

UMA NOVA FORMA DE RESOLVER

A Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte, MG, mais do que reciclar resíduos sólidos, quer reciclar a "cultura do lixo". No Brasil, as pessoas acham que têm o direito de produzir o lixo que quiserem, e que é dever do poder público recolhê-lo e destiná-lo para fora de suas vistas.

A atual administração da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) de Belo Horizonte vem implementando, desde 1993, um modelo de gestão dos resíduos sólidos para diminuir seus efeitos ambientais negativos e trazer benefícios sociais e econômicos para o município.

O modelo apoia-se em três pontos básicos, de igual peso: consistência tecnológica, qualificação e valorização do trabalhador e participação efetiva da sociedade.

A CONSISTÊNCIA TECNOLÓGICA

A proposta, em linhas gerais, é tratar os resíduos sólidos, devolvendo-os para o processo industrial ou para o meio ambiente de forma recuperadora.

O tratamento do lixo foi descentralizado, utilizando tecnologia de ponta, mas simples e barata. Num primeiro momento foi feita a recuperação do que já existia. O aterro sanitário foi totalmente ajardinado com resíduos que vêm do lixo e dos parques. O Complexo de Tratamento de Resíduos Sólidos adota o Aterramento Celular, associado à biorremediação, que controla a cada dois anos o lixo que é produzido, tratando e possibilitando a sua recuperação para o meio ambiente. Esse processo permite o prolongamento da vida útil do aterro: de dois, passa para 18 anos. A previsão é que da segunda central de tratamento ape-



nas 30% da área seja destinada para o lixo e 70% para área verde, com jardins e quadras esportivas para a população de baixa renda, que vive nos dois extremos dessa área.

A melhoria do serviço de coleta do lixo em toda a cidade também faz parte da consistência tecnológica. A frota foi 100% renovada e o serviço ampliado, atingindo vilas e favelas com carrinhos apropriados ou com carrinhos de mão.

PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA SOCIEDADE

Embora o lixo seja um dos maiores problemas ambientais da atualidade em todo o mundo, ele não é encarado pela sociedade como um problema de todos e de cada um. Mesmo em lugares onde a coleta e o serviço de atendimento são regulares, a população insiste em depositar o lixo fora do local, dentro de rios, etc. Mais de 70% do lixo, hoje, no Brasil, é colocado indiscriminadamente a céu aberto, poluindo mananciais. Por isso, os responsáveis por este projeto entendem que o sistema não funciona sem a participação efetiva da popu-

lação. Reservando ao poder público o papel de articulador de soluções integradas, procuram parcerias e incentivam a participação popular na discussão e implantação das diferentes ações.

Soluções criativas foram encontradas. Tapumes de construção civil substituíram os outdoors em campanhas educativas na cidade. Na coleta seletiva, por exemplo, o poder público serve de intermediário entre os interessados em consumir o material reciclado e a população. Em parceria com empresas de transporte, foram instaladas lixeirinhas dentro dos ônibus para que as pessoas não sujem as ruas. Junto com as indústrias, colocou lixeirinhas em locais públicos, muito mais para comprometer a sociedade com o projeto do que para economizar recursos. Mais de 20 parceiros estão fazendo saquinhos de lixo para distribuir pela cidade.

QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR

Entendendo ser a profissão de lixeiro uma das mais rejeitadas pela popu-



lação, para resgatar a auto-estima e reverter a imagem negativa desses servidores na sociedade, a SLU realiza um trabalho de qualificação dos garis responsáveis pela coleta do lixo, pela limpeza de bocas de lobo e varrição de ruas.

O corpo técnico e administrativo passa por um processo de reciclagem periódica, através de cursos, participação em eventos técnico-científicos, com a obrigatoriedade de serem repassados os conteúdos em encontros internos mensais, chamados *Reunindo Idéias*. Foi montado o Centro de Memória e Pesquisa - CEMP, que reúne desde publicações nacionais e internacionais relativas à limpeza urbana, material técnico e documentos históricos da SLU, até vídeos educativos e acervo fotográfico. Para o servidor operacional, foi implantado um projeto contínuo de capacitação e aprimoramento abordando temas como higiene, relações interpessoais, alimentação alternativa, leis sociais, alcoolismo, educação sexual, cuidados com os alojamentos, relação do servidor com o programa de gestão da SLU, etc. Ainda na linha da valorização, foi priorizada a melhoria das condições de trabalho, construindo-se micro pontos de apoio ao trabalho operacional. Segundo Heliana Katia Tavares Campos, Superintendente da SLU, *"a integração interna é consolidada através de Seminários com representantes de todas as áreas e por meio de uma política de comunicação interna que utiliza instrumentos informativos diversos como jornais*

(Reciclando Idéias, Tã Limpo, Foto Notícia), vídeos mensais (TV Gari), além de atividades lúdicas e artísticas, incluindo a formação de grupos artísticos dos servidores".

A DIMENSÃO EDUCACIONAL E CULTURAL: UMA OUSADA INOVAÇÃO

O grande diferencial do modelo de gestão dos resíduos sólidos em implantação em Belo Horizonte tem sido trabalhar a revisão de conceitos, hábitos e valores ligados ao consumo e ao desperdício, que se manifestam em jogar lixo nas ruas, em depredar os equipamentos destinados à sua coleta e no desconhecimento do cidadão quanto à sua responsabilidade para com o lixo que produz e para com o que será feito com esses materiais depois de coletados pelo poder público.

Uma forma de abordagem é feita através do processo educativo: repassando informações, conhecimentos e experiências, propiciando uma aprendizagem coletiva, levando a uma mudança de mentalidade através de cartilhas, vídeos, cursos, etc.

Uma outra forma de intervenção se dá no plano simbólico, da sensibilização e da sedução. Grupos artísticos - teatro (de rua, de bonecos, convencional), coral, dança, música, capoeira, entre outros - foram criados para conquistar a adesão da população através do humor e do entretenimento.

Existem grupos de teatro dos garis em várias das divisões da SLU, que

fazem teatro de bonecos, a estrutura do palco, poesia, música, etc. Foram descobertos mais de 60 artistas profissionais dentro da própria empresa. As manifestações artísticas vão desde tocar algum instrumento até andar em corda bamba: a oportunidade está dada, quem quiser pode se apresentar. E os trabalhadores, quando se apresentam e são aplaudidos, sentem-se valorizados, motivando outros a se apresentarem também.

Algumas das atividades realizadas: grupos entram dentro dos ônibus fazendo teatro com a população para não jogar lixo no chão; a Cobra Papa Lixo, que anda nas feiras livres, educando as crianças a colocar o lixo na lixeira; um monstro que ataca no fim do ano invade a cidade mas nem os catadores nem a limpeza urbana conseguem pará-lo e só quem consegue parar o monstro é a população; alguns lugares, previamente escolhidos, ficam sem ser limpos durante 24 horas, para que a população perceba e sinta as conseqüências da sujeira. São trabalhos criativos, diversificados e alguns até já fazem parte do calendário oficial da cidade, como o carnaval dos catadores de papel. Heliana Kátia tem orgulho em dizer que *"o projeto de Belo Horizonte é fruto de uma construção coletiva, tanto dos 6 mil funcionários da limpeza urbana, como também da população de Belo Horizonte."*

REDUZA, REUTILIZE E RECICLE

O lixo orgânico corresponde a 60% do lixo urbano. Dos resíduos coletados nos sacolões e feiras é produzido o composto orgânico utilizado nas hortas escolares.

O entulho da construção civil corresponde a 30% do lixo produzido na cidade. É parcialmente aproveitado na execução de serviços como pavimentação de vias.

Vidro, plástico e papel correspondem apenas a 10% da composição do lixo. A coleta seletiva desses materiais para reciclagem é importante principalmente no processo educativo e ambiental.

A ARTE

a serviço da vida

Rodolfo Cascão Inácio

Consultor em Mobilização Social da SLU. Criador da Cia. de Teatro "ATÉ TU SLU"



"Estamos na Escola Municipal Dom Orione, região da Pampulha, Belo Horizonte. São dez horas da manhã e o pátio está lotado: talvez mais de 300 alunos. No centro, uma armação de teatro de bonecos, onde se lê 'Cia. de Teatro Até Tu SLU'. As crianças gritam, se espantam, se emocionam. Os olhos estão imobilizados pelos fantoches: tem o seu Prexédio, tem o Joãozinho, tem a Barata Marieta, tem Rato que não acaba mais e outros tantos personagens. Já estamos quase no final do espetáculo. O boneco Joãozinho, desesperado com tanto bicho, grita ao público com sua voz esganiçada: '- Não é possível, o lixo tomou conta da cidade! É rato pra todo lado, o gato sozinho não deu conta, o que vamos fazer, crianças?' A platéia participa, dá inúmeras sugestões. O boneco volta à carga: '- Já sei, vou chamar o Super-Garil!' Nesse momento, entra um ator fantasiado de super-herói-da-limpeza urbana portando uma enorme vassoura. Pedê às crianças que o ajudem a expulsar os vetores transmissores de doenças, já que sozinho ele não consegue. Os alunos, entusiasmados, aderem ao apelo e os bichos fogem pelo meio da platéia. Canto-se uma música da campanha 'BH mais limpa' e o espetáculo termina."

Cenas assim foram vistas por quase toda a rede escolar do município. Desde que o grupo de teatro "Até tu, SLU" foi criado, em julho de 1993, houve mais de 532 apresentações só em escolas. A peça de teatro 'O casal' foi encenada pelo menos 400 vezes durante os treinamentos que a Assessoria de Mobilização Social (AMS) da Secretaria de Limpeza Urbana (SLU) propiciou para professores, funcionários e outros membros da comunidade escolar. O "Até tu, SLU" criou um repertório variadíssimo de mais de vinte esquetes, peças de teatro, bonecadas, performances e intervenções de rua. Tratam de temáticas ambientais, criticando o desperdício, a cultura do descartável, o desrespeito à cidade e, mais especificamente, falam da relação do cidadão com o lixo, abordando a campanha BH mais limpa e a Coleta seletiva de metal, plástico, vidro, papel, entulho, resíduos orgânicos, e outros. São mais de

mil apresentações de teatro em praças, centros comunitários, parques, postos de gasolina, centro de convenções, ônibus, metrô, vilas e favelas. O "Até tu, SLU" tem hoje cinco subgrupos atuando setorialmente, mais de vinte atores estagiários e a supervisão de dois diretores de teatro.

É, sem dúvida, uma verdadeira façanha cênica em favor da educação para a limpeza urbana. Se não é inédito o poder público utilizar teatro como ferramenta pedagógica, no mínimo é arrojado e inovador um órgão de limpeza urbana aparelhar-se não só de garis, caminhões compactadores, tecnologia celular, mas também de figurinos, maquiagem e arte-educadores, com o mesmo grau de importância.

O QUE ESTÁ POR TRÁS DE TAMANHO INVESTIMENTO?

Primeiro, é a convicção de que o Estado é incapaz de resolver sozinho os

graves problemas urbanos. Na Av. Paraná, no hipercentro de Belo Horizonte, por exemplo, em seus 1.200 metros trabalham diariamente 58 servidores, varrendo a avenida 10 vezes e coletando 8,6 toneladas de lixo. São consumidos 48 mil litros de água em dias alternados.

Constatamos, então, que a problemática do lixo público, mais do que soluções meramente operacionais - 'dobrar o número de servidores, varrer 25 vezes a avenida' - exige uma mudança de mentalidade. Trata-se de revisar valores, princípios, comportamentos. Ora, criar novos hábitos em perceber e lidar com o lixo passa pela formação de uma consciência crítica e de uma adesão afetiva e emocional. Estamos falando, portanto, de Educação e Arte. A Educação trabalha com a produção e a transmissão do conhecimento e a Arte com a produção simbólica: razão e emoção. E ambas são fundamentais para a criação de uma nova Ética, essencial para a emergência da cidadania.

As peças teatrais do "Até tu, SLU" procuram partir da representação social que se tem do lixo e dos trabalhadores da limpeza - 'algo desprezível, que se quer afastar do campo de visão' - e ressignificá-la positivamente apresentando-os como vitais para a manutenção da vida na cidade e para o equilíbrio do planeta. Tudo com muito humor, ludicidade e prazer. Como também têm sido o Coral Reciclar, a banda Caçamba Swing, o Dance Limpeza, o SLU também é Arte, o Grupo de Capoeira, as Esculturas do Lixo e as inúmeras expressões culturais e artísticas que existem na SLU. Todos nós, militantes da fantasia, sonhamos com uma Belo Horizonte, um Brasil e um Planeta melhor. E oferecemos a nossa cota de cooperação: a arte a serviço da vida!



QUEM SABE TRATA ANTES

*não espera
adoecer*

"... A GENTE QUER É TER MUITA SAÚDE
A GENTE QUER VIVER A LIBERDADE
A GENTE QUER VIVER FELICIDADE
E A GENTE QUER VIVER PELO DIREITO
A GENTE QUER VIVER COM RESPEITO
A GENTE QUER VIVER NUMA NAÇÃO
A GENTE QUER NASCER UM CIDADÃO"

(Gonzaguinha)

Saúde é qualidade de vida e um direito de todo cidadão; e a família é o núcleo de abordagem no atendimento à população, sob o ponto de vista comunitário. A partir destes princípios, a Prefeitura de Londrina, PR, articulando várias parcerias, conseguiu reduzir, em um ano, o índice de mortalidade infantil da zona rural do município de 35,1 para 3,7 mortes por 1.000 nascidos vivos. Esse resultado foi alcançado após a implantação do Programa *Médico de Família* em quatro distritos, onde moram 15 mil pessoas com dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação.

O objetivo do Programa é melhorar a saúde da população a partir de um novo modelo assistencial de tratamento e recuperação da saúde, e seguindo as diretrizes do SUS (Serviço Único de Saúde). As atividades das equipes do Médico de Família previnem doenças, identificam fatores de risco aos quais a população está exposta, orientam internação domiciliar, incentivam a organização popular, humanizam o serviço, etc.

A equipe é formada por médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e agente comunitário de saúde. Todos moram no próprio distrito, com dedicação exclusiva e integral. Realizam visitas domiciliares e atendem também em unidades básicas de saúde, que servem de referência. Cada equipe conta com um veículo apropriado para enfrentar os terrenos de sítios e fazendas dos distritos e equipados com telefones celulares, para maior segurança em casos de emergência.

PARCERIAS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Este programa tem um alto nível de articulação institucional, através de parcerias com os governos federal,



estadual, municipal e universidade, com atribuições diferentes, facilitando e reforçando sua implantação. Além do convênio com o Ministério da Saúde - na definição de diretrizes gerais e destinação de recursos para equipamentos e veículos -, atua em conjunto com a Universidade Estadual de Londrina e com a Secretaria de Saúde do Estado, na inserção do projeto ao Programa de Vigilância de Efeitos Adversos à Saúde em Populações Expostas a Agrotóxico. Ações específicas em cada distrito rural do programa são desenvolvidas com a FUNASA, através do Distrito Sanitário de Londrina. O Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Estadual contribui com recursos humanos, formando a equipe de Acompanhamento Técnico e Educação Continuada para os profissionais do Programa.

A outra questão diz respeito ao controle social e à participação popular. A participação popular tem sido uma das grandes conquistas da saúde no município de Londrina, e nesse pro-

grama, especificamente, tem sido bastante significativa. Os Conselhos Locais de Saúde têm se organizado de forma diferente de um distrito para o outro. A população estabelece sua participação de acordo com a realidade e a conjuntura local. Cada equipe desenvolve eventos que estimulam tal participação, envolvendo também a Pastoral da Criança, a Secretaria de Educação do Município, a Fundação Nacional de Saúde e outras instituições afins. O Dia da Saúde e os Vigilantes de Saúde, a Festa da Vacina, o Natal na Unidade, etc, são exemplos de eventos que fortalecem os vínculos entre a equipe da saúde e a população local.

DESAFIOS E CONTINUIDADE

Melhorar as condições de saúde e reduzir a mortalidade infantil é mais fácil e rápido do que mudar a relação tradicional do Estado com a população. Este é o grande caminho a ser percorrido.



N O T A S

CURSO POR CORRESPONDÊNCIA, POR QUE NÃO?

A Escola de Formação Quilombo dos Palmares - EQUIP, ONG sediada em Recife, está organizando um curso por correspondência para dirigentes dos movimentos populares sobre políticas públicas. Organizado em cinco módulos, textos sobre temas específicos são enviados aos participantes junto com fichas para

serem respondidas. Em seguida, EQUIP cataloga as respostas e elabora uma síntese do módulo, que é devolvida aos cursistas. Estão inscritos cerca de 200 dirigentes de movimentos populares e sindicais, tanto rurais como urbanos.

CARTA DE QUIXADÁ/CE

Representantes de entidades, movimentos populares, ONGs e técnicos de prefeituras participaram do curso "Participação Popular, Orçamento e Conselhos de Gestão", promovido no mês de setembro, pelo Cearah Periferia e o Instituto Pólis com apoio da Prefeitura de Quixadá, da OXFAM e do FICONG. Fizeram uma carta para divulgarem nos seus trabalhos ressaltando a importância da participação popular nas decisões e na fiscalização da gestão pública, que termina dizen-

do que "...colocando a informação na boca do povo estaremos fazendo história, reforçando valores onde a solidariedade, o carinho e a alegria de ser gente passem a ocupar não só o espaço privado, mas também o público nas relações humanas e sociais."

ONGS: SOMANDO FORÇAS

O seminário *Agenda Habitat* no Brasil, realizado no final de agosto, no Rio de Janeiro, contou com uma iniciativa inédita: a coordenação do Fórum Nacional da Reforma Urbana convidou o Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais e o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais e Desenvolvimento Sustentável para debater "Os planos de ação do governo e da sociedade: semelhanças e estratégias de atuação conjunta".



C A R T A S

"Gostei do primeiro número do REPENTE. Creio que pequenas correções podem ajudar na clareza das informações. Por exemplo, na página 10, no primeiro depoimento meu: a administração começou em 1993 e não em 1990; o que se pretendia alcançar era 100% do orçamento e não da população, como está escrito. Obrigado pela sua compreensão."

Salvador Soller
Secretário de Políticas Sociais de Recife/PE

QUEM PROCURA ACHA

PERNAMBUCO

Escola de Formação Quilombo dos Palmares - EQUIP
Rua Inajá, 117
Coqueiral, Cep 50791-060
Recife, PE
Tel: (081) 455 2517
(081) 251 0425

BAHIA

MOC - Movimento de Organização Comunitária
Rua do Pontal, 61
Cruzeiro
CEP 44 017-170
Feira de Santana, BA
Tel: (075) 221 1393
Fax: (075) 221 1604

SÃO PAULO

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
Rua. Dr. Renato Paes de Barros, 684
Itaim Bibi
CEP 04530-001
São Paulo, SP
Tel: (55 11) 829.9102
Fax: (55 11) 822.6604
E.mail@ax..apc.org

"A iniciativa REPENTE realça a visibilidade dos espaços de participação popular já conquistados e expressa o significado da luta por sua ampliação e consolidação no país....."

Antonio Vieira
FASE/Manaus

"...pelo que está pintando, REPENTE é um espaço interessante para as pessoas aprenderem sobre gestão, administração de conflitos, etc. Pensamos que vocês poderiam apresentar mais elementos que aprofundassem esse processo e nós poderíamos pedir a algum município daqui da região que escrevesse sobre a sua experiência..."

Naidison de Quintella Baptista
MOC/Bahia)

■ Mande suas críticas, sugestões de pauta, informações ou relato da sua experiência de participação popular. Entre firme nos debates das páginas centrais. Neste boletim você também participa.

